



ESTADO-MAIOR DA AERONÁUTICA

PORTARIA Nº 825/GM-2, DE 10 DE NOVEMBRO DE 1993.

Aprova critérios e fixa valores para a aplicação e a cobrança das Tarifas Aeroportuárias de Armazenagem e de Capatazia sobre mercadorias importadas ou em situações especiais e dá outras providências.

O MINISTRO DE ESTADO DA AERONÁUTICA, com fundamento no que estabelece os §§ 1º e 2º do artigo 3º do Decreto nº 89.121, de 06 de dezembro de 1983,

R E S O L V E:

Art. 1º - Aprovar os critérios e fixar os valores para a aplicação e a cobrança das Tarifas Aeroportuárias de Armazenagem e de Capatazia, assim denominadas e caracterizadas pelo inciso IV do artigo 3º da Lei nº 6.009, de 26 de dezembro de 1973, alterada pelo Decreto-Lei nº 2.060, de 12 de setembro de 1983.

Art. 2º - Para os efeitos desta Portaria, entende-se por:

I - Armazém Alfandegado - recinto destinado à movimentação e ao depósito de mercadorias importadas ou destinadas à exportação, que devam movimentar-se ou permanecer sob controle aduaneiro;

II - Carga - todos os bens transportados em uma aeronave, exceto malas postais, provisões de consumo de bordo e bagagens;

III - Consignatário - Pessoa física ou jurídica, a quem a mercadoria é consignada;

IV - Despacho Antecipado - liberação da mercadoria importada, segundo critérios estabelecidos pela Receita Federal;

V - Dólar Convênio - taxa de câmbio adotada para conversão, em moeda nacional, dos valores expressos em dólares dos Estados Unidos, fixada por autoridade competente, para efeito de cálculo do Imposto de Importação, publicada no Diário Oficial da União, semanalmente, através de Ato da Receita Federal;

VI - "Drawback" - benefício da suspensão, isenção ou restituição total ou parcial, dos tributos fiscais exigíveis na importação de mercadoria a ser exportada, após beneficiamento, ou destinada à fabricação, complementação ou acondicionamento de outra a ser exportada;

VII - Folha de Controle de Carga (FCC) - documento a ser preenchido pelo transportador, que contém a relação das mercadorias transportadas em determinada aeronave, as quais deverão passar da sua responsabilidade para a do fiel depositário, devendo por este serem conferidas no Terminal de Carga Aérea - (TECA);

VIII - Mercadoria - todo bem com ou sem destinação comercial. Para efeito desta Portaria, consideram-se também como mercadorias:

1 - as aeronaves importadas que cheguem ao aeroporto em voo ou como carga transportada; e

2 - os bens trazidos do exterior como bagagem ou não e sujeitos ao regime de importação comum.

IX - Mercadoria de Alto Valor Específico - aquela em que a relação entre o valor da mercadoria em dólares dos Estados Unidos e seu peso líquido, em quilograma, for igual ou superior a US\$ 2,500.00 por peso líquido, em quilograma, ficando o seguro dessas mercadorias sob a responsabilidade do importador, durante sua permanência no TECA;

X - Período de armazenagem - espaço de tempo estabelecido em número de dias, constantes nas Tabelas em anexo, em que a mercadoria permanece no TECA;

XI - Regime de Entrepasto Industrial - regime que permite a determinados estabelecimentos de uma indústria importar, com suspensão de tributos, mercadorias que, depois de submetidos à operação de industrialização, destinar-se-ão ao mercado externo;

XII - Tarifa de Armazenagem - valor devido pelo armazenamento, guarda e controle das mercadorias nos armazéns de carga aérea dos aeroportos. Incide sobre o consignatário ou sobre o transportador aéreo, no caso de carga aérea em trânsito;

XIII - Tarifa de Capatazia - valor devido pela movimentação e manuseio das mercadorias a que se refere o inciso anterior. Incide sobre o consignatário ou sobre o transportador aéreo, no caso de carga aérea em trânsito;

XIV - Terminal de Carga Aérea (TECA) - conjunto de áreas cobertas e descobertas, especialmente delimitadas para o recebimento, armazenamento, guarda, movimentação, controle e entrega de carga transportada ou a transportar, por via aérea ou via superfície;

XV - Trânsito - passagem pelo TECA ou zona primária do aeroporto, de mercadoria transportada por via aérea, e destinada por essa via ou não, para outro aeroporto que possua TECA, desde que não ultrapasse 10 (dez) dias de armazenagem;

XVI - Transportador - para efeito de cobrança de Tarifas, é o responsável pela execução do transporte aéreo de carga, mediante contrato; e

XVII - Zona Primária - área terrestre ocupada pelos aeroportos alfandegados.

Art. 3º - Toda mercadoria descarregada no aeroporto, transportada por via aérea ou não, deverá ser recebida, manuseada e armazenada no recinto do TECA, sendo que a mercadoria sujeita a controle aduaneiro deverá ser operada em áreas do TECA consideradas alfandegadas pelo órgão competente da Receita Federal, até ser retirada pelo consignatário, transportador ou seus representantes legais.

§ 1º - Para o previsto no "caput" deste artigo, excetuam-se as mercadorias submetidas à baldeação ou transbordo, de aeronave para aeronave, desde a descarga até novo embarque.

§ 2º - A critério exclusivo do órgão ou entidade administradora do aeroporto, as mercadorias pertinentes ao transporte aéreo doméstico e as destinadas à exportação poderão ser

recebidas, manuseadas, armazenadas e controladas diretamente pelas empresas concessionárias do transporte aéreo, as quais disporão de áreas previamente demarcadas pela referida administração aeroportuária e destinadas a tal finalidade, não se permitindo a instalação de armazém de carga aérea fora da área delimitada para TECA.

Art. 4º - A mercadoria importada por via aérea deverá ser entregue nos armazéns alfandegados do órgão ou entidade administradora do aeroporto, pela empresa aérea que a transportou, acompanhada da FCC e de uma via do Conhecimento de Transporte Aéreo, à exceção dos casos de remessa do referido Conhecimento por outro meio.

Parágrafo único - A FCC deverá relacionar toda mercadoria importada descarregada e respectivos consignatários, mesmo quando, com autorização da Receita Federal, for liberada por despacho antecipado.

Art. 5º - A aplicação das Tarifas de Armazenagem e de Capatazia, incidentes sobre mercadoria importada, será feita de acordo com os critérios e valores constantes das Tabelas 01 a 06, a saber:

I - a Tabela 01 estabelece como calcular o valor da Tarifa de Armazenagem;

II - a Tabela 02 estabelece como calcular o valor da Tarifa de Capatazia;

III - a Tabela 03 estabelece como calcular, cumulativamente, o valor das Tarifas de Armazenagem e de Capatazia, devendo ser aplicada nos casos de:

1 - aparelhos, motores, reatores, peças, acessórios e demais partes destinadas à manutenção ou reparo de aeronaves estrangeiras em trânsito no País;

2 - mercadorias exportadas que, por qualquer motivo, retornem ao País;

3 - mercadorias procedentes do exterior, descarregadas por engano, bem como aquelas que, mediante autorização da Receita Federal, ao exterior sejam redestinadas;

4 - mercadorias desembarcadas em um aeroporto internacional e destinadas a outro aeroporto que possua TECA e que sejam removidas para este último, por conveniência e sob a responsabilidade do transportador;

5 - mercadorias que entrarem no País sob regime de Admissão Temporária, destinadas a certames e outros eventos de natureza científica, esportiva, filantrópica ou cívico-cultural;

6 - bens trazidos do exterior como bagagem, desde que considerados quando a importação for sob regime de Admissão Temporária;

7 - peças de reposição para embarcação estrangeira, inclusive quando a importação for sob regime de Admissão Temporária;

8 - plantas semente, animais vivos, ovos férteis, sementes e embriões, desde que liberados em prazo inferior a 06 (seis) horas, contadas a partir do ato do recebimento no TECA; e

9 - mercadorias em trânsito.

IV - A Tabela 04 estabelece como calcular o valor da Tarifa de Armazenagem, quando a importação for sob benefício de "Drawback". Esta tabela aplica-se, ainda:

1 - às mercadorias importadas por indústrias nacionais beneficiárias do regime de Entrepasto Industrial, de acordo com Ato Declaratório baixado pela Receita Federal;

2 - às mercadorias importadas destinadas para venda em lojas francas;

3 - às mercadorias importadas pelos órgãos da Administração Pública Federal, Estadual ou Municipal, com isenção ou suspensão do Imposto de Importação;

4 - às peças de reposição para embarcação brasileira ou estrangeira objeto de arrendamento mercantil;

5 - às mercadorias importadas pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), com isenção ou suspensão do Imposto de Importação, destinadas ao cumprimento de convênios, acordos e convenções, referendados pelo Ministério das Relações Exteriores;

6 - às mercadorias importadas por entidades educacionais, científicas e culturais da Administração Pública Federal, Estadual ou Municipal, com isenção ou suspensão do Imposto de Importação;

7 - aos aparelhos, motores, reatores, peças, acessórios e demais partes e materiais de manutenção e reparo, importados com isenção do Imposto de Importação por empresas homologadas pelo Departamento de Aviação Civil para prestação de serviços de manutenção, comprovadamente destinados à manutenção, revisão e reparo de aeronaves e de seus componentes;

8 - aos equipamentos e materiais técnicos destinados às operações de aerolevantamento, importados com isenção do Imposto de Importação por empresas que explorem atividades pertinentes, conforme previsto na legislação específica sobre aerolevantamento; e

9 - mercadorias importadas via superfície, recebidas no TECA.

V - A Tabela 05 estabelece como calcular, cumulativamente, o valor das Tarifas de Armazenagem e de Capatazia, o qual deverá ser aplicado sobre as mercadorias em trânsito internacional. A cobrança dessa tarifa será dispensada no caso de mercadorias que forem baldeadas para outra aeronave, com vista ao seu transporte para o destino final;

VI - A Tabela 06 estabelece como calcular, cumulativamente, o valor das Tarifas de Armazenagem e de Capatazia de mercadoria de alto valor específico.

Parágrafo único - Aos materiais e equipamentos hospitalares e seus componentes, medicamentos, vacinas, matérias-primas e produtos químicos, importados com isenção do Imposto de Importação por instituições de serviços médico-hospitalares, quando assistenciais ou filantrópicas, reconhecidas como de utilidade pública e sem fins lucrativos, aplicar-se-á 30% da tarifa prevista na Tabela 01, se nacionalizadas no TECA.

Art. 6º - As mercadorias importadas recebidas no País sob o regime de Admissão Temporária e não destinadas a certames e outros eventos de natureza científica, esportiva, filantrópica ou cívico-cultural, serão aplicadas as Tabelas 01 e 02. Quando do seu retorno total ou parcial ao exterior, as tarifas serão recalculadas segundo as Tabelas 02 e 04 e restituída a diferença, devidamente corrigida.

Art. 7º - A execução dos serviços de armazenagem e de capatazia é da competência do órgão ou entidade administradora do aeroporto.

Art. 8º - A entrega da mercadoria importada ao consignatário ou a seu representante legal será autorizada pela administração do aeroporto, após ser liberada pela Receita Federal e garantido o pagamento das tarifas devidas.

Art. 9 - A Tarifa de Armazenagem da mercadoria importada será quantificada em função do valor CIF (custo, seguro e frete) ou quando este não for declarado no documento de importação, pelo seu valor comercial, e do tempo de armazenamento, e será progressivamente crescente com o período que a mercadoria permanecer no TECA.

Parágrafo único - Define-se como valor comercial a soma das parcelas inseridas na Declaração de Importação registrada pela Receita Federal, ou documento equivalente, efetivamente pagas, relativas ao custo e frete da mercadoria.

Art. 10 - A Tarifa de Capatazia será quantificada em função do peso bruto verificado, sendo devida por toda e qualquer mercadoria movimentada e manuseada no TECA.

Art. 11 - As Tarifas de Armazenagem e de Capatazia decorrentes das Tabelas 02, 03 e 05 serão pagas em moeda nacional, resultantes da conversão do valor expresso em dólares dos Estados Unidos, segundo o dólar convênio vigente na data de registro da Declaração de Importação ou documento equivalente.

Art. 12 - Caso ocorra exigência fiscal durante a conferência aduaneira, através de lavratura de Auto de Infração que determine a retenção da mercadoria ou parte dela, a contagem dos períodos de armazenagem será suspensa. Julgada procedente a exigência fiscal, as tarifas serão devidas por todos os períodos. Se improcedente, não haverá incidência das tarifas entre as datas de retenção e do julgamento, retomando-se a partir da última, a contagem dos períodos.

Art. 13 - Quando a Receita Federal imputar responsabilidade ao órgão ou entidade administradora do aeroporto, por falta ou avaria verificada em vistoria aduaneira, o período de armazenagem será contado a partir da data do recebimento da mercadoria até a data do pedido de vistoria.

Art. 14 - Os períodos de armazenagem previstos nas Tabelas 01, 03, 04 e 06, iniciarem-se a partir da data do recebimento da mercadoria pela entidade administradora do aeroporto, encerrando-se na data de sua efetiva retirada do TECA.

Parágrafo único - Quando o último dia de um período de armazenagem coincidir com data em que não haja expediente nos órgãos arrecadadores, a retirada da mercadoria poderá ser feita no primeiro dia útil seguinte, não cabendo cobrança das tarifas correspondentes ao novo período de armazenagem.

Art. 15 - Quando ocorrer deslocamento, transferência, transbordo ou baldeação de mercadoria importada para entreposto aduaneiro, depósito alfandegado ou for autorizado seu despacho antecipado, o cálculo das tarifas será efetuado de acordo com os valores das Tabelas 01 e 02 desta Portaria.

§ 1º - A Tarifa de Armazenagem (Tabela 01) será calculada com base no valor declarado pelo consignatário ou seu representante legal.

§ 2º - O consignatário ou seu representante legal deverá apresentar à entidade administradora do aeroporto a Declaração de Importação devidamente registrada pela Receita Federal, para fazer o acerto de qualquer diferença apurada entre o valor da tarifa inicialmente pago e o valor devido.

§ 3º - Não incidirão as Tarifas de Armazenagem e de Capatazia, quando o despacho antecipado for solicitado pela entidade responsável pela administração do Aeroporto.

Art. 16 - Salvo as isenções previstas em Lei, nenhuma pessoa física ou jurídica, de direito público ou privado, poderá eximir-se do pagamento das Tarifas de Armazenagem e de Capatazia.

Art. 17 - Mediante despacho concessivo do Ministro da Aeronáutica ou de autoridade por ele delegada, ficam isentas do pagamento das Tarifas de Armazenagem e de Capatazia, desde que não ultrapassem 30 (trinta) dias de armazenagem, a contar do ato do recebimento no TECA:

I - as mercadorias e materiais importados destinados a entidades privadas ou públicas da Administração Direta ou Indireta, quando ocorrerem circunstâncias especiais criadas pelo Governo Federal, por motivos independentes da vontade dos destinatários; e

II - as mercadorias e materiais importados destinados a serviços necessários à segurança nacional ou por comprovada exigência do bem comum.

§ 1º - Para os efeitos do previsto nos Incisos I e II deste artigo, as petições das entidades interessadas pleiteando a isenção das Tarifas de Armazenagem e de Capatazia, serão encaminhadas para despacho, devidamente instruídas do parecer da unidade aeroportuária arrecadadora.

§ 2º - Será dispensado o despacho concessivo, quando as Tarifas de Armazenagem e de Capatazia incidirem sobre:

a - aeronaves em geral e seus componentes a elas incorporados, incluindo aquelas que entrarem no País sob o regime de Admissão Temporária e as objeto de arrendamento mercantil;

b - aparelhos, motores, reatores, peças acessórios e demais partes e materiais de manutenção e reparo, importados com isenção do Imposto de Importação por empresas nacionais concessionárias dos serviços de transporte aéreo, empresas de serviços aéreos especializados, empresas de táxi aéreo e aeroclubes, comprovadamente destinados à manutenção, revisão e reparos de aeronaves ou de seus componentes;

c - peças equipamentos importados por fabricantes de aeronaves, quando destinados a complementar a montagem de aeronaves por eles fabricadas no País;

d - mercadorias, matérias-primas, materiais e equipamentos importados, essenciais às atividades operacionais da Força Aérea Brasileira, bem como as importações destinadas às organizações do Ministério da Aeronáutica e suas empresas vinculadas;

e - mercadorias, matérias-primas, materiais e equipamentos importados diretamente pelos Ministérios da Marinha, e do Exército, essenciais às suas atividades operacionais;

f - jornais, publicações periódicas e impressos ilustrados, de origem argentina, importados por via aérea, conforme acordo estabelecido entre o Brasil e a Argentina, através de troca de Notas Diplomáticas;

g - moedas estrangeiras, quando importadas pelas autoridades monetárias brasileiras;

h - malas diplomáticas, quando devidamente caracterizadas;

i - urnas contendo cadáveres;

j - material médico, remédios, amostras de vírus e vacinas importadas por via aérea, quando destinados ao Escritório Regional da Organização Pan-Americana de Saúde - OPAS;

k - materiais e equipamentos hospitalares e seus componentes, medicamentos, vacinas, matérias-primas e produtos químicos importados com isenção do Imposto de Importação pelas instituições do serviço médico-hospitalar da Administração Pública Federal, Estadual ou Municipal;

l - equipamentos e seus componentes, livros didáticos, revistas e publicações técnicas estrangeiras, recebidos por doação direta do exportador, destinados a entidades assistenciais ou filantrópicas, reconhecidas como utilidade pública e sem fins lucrativos; e

m - mercadorias recebidas por doação direta do exportador, destinadas a entidades educacionais, culturais ou científicas, para aplicação em programas assistenciais e de ensino.

Art. 18 - O despacho do Ministro da Aeronáutica ou de autoridade por ele delegada, se concessivo da isenção poderá referir-se ao total ou parte da importância correspondente ao valor das tarifas.

Parágrafo único - Não terá provimento pedido de isenção das Tarifas de Armazenagem e de Capatazia relativo a mercadorias armazenadas por prazo superior a 30 (trinta) dias.

Art. 19 - Caso o interessado não requeira o benefício no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data da retirada da mercadoria do TECA, prescreverá o direito às isenções das Tarifas de Armazenagem e de Capatazia, nas condições estabelecidas nesta Portaria.

Art. 20 - A responsabilidade do órgão ou entidade administradora do aeroporto pela armazenagem de volumes que contenham jóias, pedras e/ou metais preciosos, quando o consignatário, por sua conveniência, não declarar formalmente o conteúdo e seu respectivo valor, fica limitada aos valores nominais especificados nas apólices de seguros a que estiver vinculado o TECA do órgão ou entidade administradora do aeroporto.

Art. 21 - Os recursos financeiros provenientes de arrecadação das Tarifas de Armazenagem e de Capatazia constituirão receitas:

I - do Fundo Aeroviário, quando se tratar de arrecadação realizada em aeroporto administrado diretamente pelo Ministério da Aeronáutica;

II - da Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuária - INFRAERO, quando arrecadados em TECAs por ela administrados; e

III - das entidades públicas ou privada que, mediante convênio com o Ministério da Aeronáutica, administrarem aeroportos e respectivos TECAs.

Art. 22 - Os créditos e débitos referentes a acertos de cobrança, decorrentes da aplicação desta Portaria, serão calculados segundo a variação do valor do dólar convênio vigente, ocorrida entre a data do pagamento do valor dos preços da tarifa e a data do acerto, sendo efetuados em moeda nacional corrente.

Art. 23 - Os casos não previstos serão resolvidos pelo Ministro da Aeronáutica.

Art. 24 - A presente Portaria entrará em vigor no dia 1º de dezembro de 1993.

Art. 25 - Revogam-se as disposições em contrário e, em especial, a Portaria nº 1.041M-2, de 28 de dezembro de 1992.

LÉLIO VIANA LÔBO
Ministro da Aeronáutica

ANEXO

TABELA 01

VALOR DA TARIFA DE ARMAZENAGEM DE MERCADORIA IMPORTADA

PERÍODO DE ARMAZENAGEM	PERCENTUAL SOBRE O VALOR CIF
1º - Até 5 dias	1%
2º - de 6 a 10 dias	1,5%
3º - de 11 a 20 dias	3,00%
Para cada 10 (dez) dias ou fração, além do 3º (terceiro) período, até a retirada da mercadoria	+ 1,5%

Observações: - A partir do 3º período os percentuais são cumulativos; e
- Esta Tabela é aplicada cumulativamente com a Tabela 02.

TABELA 02

VALOR DA TARIFA DE CAPATAZIA DE MERCADORIA IMPORTADA

³	PESO BRUTO VERIFICADO
	US\$ 0.015 POR QUILOGRAMA

Observação: - A tarifa mínima a ser cobrada será correspondente a 100 (cem) Kg.

TABELA 03

VALOR DA TARIFA DE ARMAZENAGEM E DE CAPATAZIA

³	PESO BRUTO VERIFICADO
	US\$ 0.04 POR QUILOGRAMA, POR PERÍODO

Observações: - A tarifa mínima a ser cobrada será correspondente a 100 (cem) Kg; e
- O período de armazenagem, para efeito de cobrança, é de 10 (dez) dias ou fração.

TABELA 04

**VALOR DA TARIFA DE ARMAZENAGEM DE MERCADORIA IMPORTADA
SOB BENEFÍCIO DE "DRAWBACK" E OUTROS**

PERÍODO DE ARMAZENAGEM	PERCENTUAL SOBRE O VALOR CIF
1º - Até 5 dias	0,50%
2º - de 6 a 10 dias	0,75%
3º - de 11 a 20 dias	1,5%
Para cada 10 (dez) dias ou fração, além do 3º (terceiro) período, até a retirada da mercadoria	+ 0,75%

Observações: - A partir do 3º período os percentuais são cumulativos; e
- Esta Tabela é aplicada cumulativamente com a Tabela 02.

TABELA 05

VALOR CUMULATIVO DAS TARIFAS DE ARMAZENAGEM E DE CAPATAZIA

PESO BRUTO VERIFICADO
US\$ 0.60 POR QUILOGRAMA, POR PERÍODO

Observações: - A tarifa mínima a ser cobrada será correspondente a 100 (cem) Kg; e
- O período de armazenagem, para efeito de cobrança, é de 10 (dez) dias ou fração.

TABELA 06

**VALOR CUMULATIVO DAS TARIFAS DE ARMAZENAGEM E DE CAPATAZIA
PARA MERCADORIA DE ALTO VALOR ESPECÍFICO**

PERÍODO DE ARMAZENAGEM	PERCENTUAL SOBRE O VALOR CIF
03 (três) dias úteis ou fração, a contar da data do recebimento no TECA.	De US\$ 2,500.00/Kg a US\$ 9,999.99/Kg : 0,4%
	De US\$ 10,000.00/Kg a US\$ 39,999.99/Kg : 0,2%
	Acima de US\$ 40,000.00/Kg: 0,1%

Observação: - O valor CIF por quilo, refere-se ao peso líquido da mercadoria.